



Pré-sal e Banco Central ganham prioridade para desenvolvimento

Com o objetivo de fortalecer a recuperação da economia, Senado vai priorizar a votação de projetos que ajudem a destravar investimentos, mesmo com temas polêmicos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que dois temas controversos serão tratados com prioridade pelo Senado para combater a crise econômica: independência do Banco Central e fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal.

Sobre o Banco Central, uma proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Romero Jucá prevê que o presidente e os diretores da instituição terão mandatos de quatro anos não coincidentes com o de presidente da Repú-

blica. Tal como já aconteceu nas nomeações para esses cargos, destituições antes do fim do mandato passariam a ser analisadas pelos senadores.

Com relação ao pré-sal, aguarda votação no Plenário projeto que libera a Petrobras da obrigação de participar com pelo menos 30% dos investimentos no setor. O autor da proposta, senador José Serra, alega que a regra atual é difícil de ser cumprida devido à conjuntura internacional desfavorável e às denúncias de cartel, suborno e lavagem de dinheiro. **3**



Moreira Mariz/Agência Senado — 2/2/2016

Na abertura dos trabalhos, Renan (E) disse que é preciso enfrentar controvérsias: "Aprovando ou rejeitando, vamos votar"

Partidos reconduzem lideranças **3**

PEC estabelece mandato para ministro do STF **4**

CPIs poderão ser criadas por decisão popular **3**

Texto altera forma de escolha de chefe do MP **4**



Ricardo Srincher/Prefeitura de Porto Alegre

O trabalho de evitar focos de mosquito pode ganhar novos recursos

Comissão debate pesquisas sobre o combate ao *Aedes*

Os avanços da descoberta e do aprimoramento de tecnologias capazes de combater o mosquito *Aedes aegypti*, vetor dos vírus da dengue, zika e chicungunha, serão tema de audiência pública na quinta-feira da semana que vem.

Serão discutidos estudos que vêm sendo desenvolvidos pela Embrapa, pela Universidade de Brasília e pelos Institutos Agrônomicos de Campinas e do Paraná. Cidadãos de todo o Brasil poderão participar da audiência por telefone e pela internet. **4**

TV Senado faz 20 anos e dá início à transmissão digital

Com o desafio de aproximar o Parlamento da sociedade, foi inaugurada em 5 de fevereiro de 1996 a TV Senado, a primeira emissora legislativa de alcance nacional. Em 20 anos, a TV se consolidou como serviço público, transmitindo a atividade legislativa do Con-

gresso, mas também produzindo programas sobre cidadania, documentários e jornalismo. Tornou-se referência para outras emissoras e gerou mudança até nos senadores, que passaram a ter seu trabalho acompanhado diretamente pela população. **2**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Emissora prepara novos programas para marcar e lembrar suas duas décadas

Novo Relatório da Presidência
Mais conteúdo eletrônico | Versão impressa reduzida

Saiba como foram as atividades legislativa e parlamentar do Senado e do Congresso em 2015



Acesse a versão eletrônica do relatório pelo QR Code ao lado ou www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorio-anual-da-presidencia/2015



Com 20 anos, TV Senado é canal da cidadania

Desde sua inauguração, em 5 de fevereiro de 1996, a primeira emissora legislativa de alcance nacional se consolidou como fonte de informações sobre o Parlamento e temas sensíveis à sociedade

COM A MISSÃO de dar transparência e visibilidade ao trabalho dos senadores e estreitar as relações com a sociedade, surgia há 20 anos a TV Senado, a primeira emissora legislativa de alcance nacional. Em 5 de fevereiro de 1996, o então presidente do Senado, José Sarney, anunciava: “Este serviço hoje inaugurado não é para o Senado, mas para o povo brasileiro”. O desafio de aproximar o trabalho dos parlamentares da sociedade fez surgir um modelo único de TV legislativa, que superou as naturais dificuldades de uma missão pioneira, diz a jornalista Marilena Chiarelli, primeira diretora da TV Senado.

— Naquele momento, a gente tinha uma estrutura pequena, não tinha um modelo a seguir. Tivemos que inventar a TV que queríamos — lembra.

No começo, eram só 15 horas diárias de programação, transmitidas apenas para Brasília. Em menos de um ano, passou a ficar 24 horas no ar. Hoje, o canal aberto da TV Senado está disponível em 20 capitais e o sinal também chega a 40 milhões de residências por antena parabólica e TV por

assinatura. Isso sem falar nos acessos ao conteúdo por meio do site oficial e do canal do YouTube. A receita criada foi mérito dos profissionais da TV Senado, destaca Murilo Ramos, consultor em comunicação, para quem o modelo de uma TV legislativa com características de serviço público, mas com programações generalistas, é “sensacional e único no mundo”.

Referência

Para Fernando Oliveira Paulino, diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), a TV Senado já se consolidou como uma ferramenta essencial para promoção da transparência e da democracia no país.

— A cidadania brasileira espera que esse canal permaneça desenvolvendo o trabalho que faz e o expanda — avalia.

O cientista político André César destaca a CPI Mista dos Correios, em 2005, quando a audiência bateu recorde.

— O dia em que Marcos Valério foi depor parecia final de Copa do Mundo. O Brasil parou para ligar a TV, as TVs convencionais colocando no



Equipe da TV Senado começa a instalar novos equipamentos em 2016, ano que marcará o salto para a transmissão digital

ar ao vivo, muitas usando imagens geradas pela TV Senado.

As transmissões ao vivo do que acontece no Senado tiveram impacto quase imediato na estratégia de cobertura dos outros veículos de comunicação e, mais ainda, sobre o comportamento dos senadores. A própria produção legislativa cresceu quando tudo passou a ser registrado e levado ao cidadão. Funcionam no Senado quase 40 colegiados, entre comissões permanentes e temporárias, subcomissões e comissões mistas ou de inquérito. Há dez anos, era menos da metade.

Em 2015, a TV Senado transmitiu ao vivo 256 sessões do Plenário, totalizando 920

horas. Foram 808 reuniões de comissões gravadas e transmitidas, com mais 1.415 horas de captação. Mesmo com essa demanda de cobertura das atividades legislativas, graças ao esforço da equipe com cerca de 270 profissionais, produziu-se 1.550 programas e 1.280 chamadas de programação.

Digital

Nos anos recentes, foram adquiridos e agora começam a ser instalados equipamentos e sistemas que deverão compensar o déficit tecnológico que a TV Senado enfrenta em relação à maioria das outras emissoras, inclusive as públicas.

— O ano de 2016 marcará o

início de nosso salto do analógico para o digital, com ganhos de qualidade para o cidadão e a sociedade — informa o diretor da TV Senado, Sylvio Guedes.

A qualidade do que é produzido gera reconhecimento. Já são 21 prêmios, entre os mais importantes do país, por reportagens e documentários. Quatro vieram da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo tratamento dado a temas como hanseníase e populações de rua.

— A TV Senado mostra preocupação com temas sensíveis à sociedade — define dom Leonardo Steiner, bispo auxiliar de Brasília e secretário-geral da CNBB.

Novos programas e documentários marcam comemoração

Para marcar os 20 anos de criação da TV Senado, a Secretaria de Comunicação Social decidiu lançar, ao longo do ano, novos programas e documentários.

Filmetes de depoimentos com repórteres da TV, que nar-

ram momentos marcantes da emissora sob a ótica de quem cobriu os fatos, começaram a ser veiculados na sexta-feira.

Uma série de pequenos programas registrará trechos memoráveis dos debates e votações em Plenário e nas

comissões. Outra linha de produção resgatará as leis mais importantes votadas pelos senadores nos últimos 20 anos.

Da série *Histórias Contadas*, que enfoca a trajetória política e pessoal de grandes nomes que passaram pelo Parlamento, três novos episódios já estão sendo finalizados, sobre os ex-senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles e Luiz Henrique.

Já o projeto/documentário *Cidadão 2.0* quer mostrar, sob a ótica do próprio cidadão, a sua interação com o Senado por meios dos canais oferecidos para a participação do cidadão, como e-Cidadania, Ouvidoria, Alô Senado, veículos da Secom e mídias sociais.



Edição de programas no novo estúdio da TV Senado, inaugurado em 2015

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, a sessão plenária. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senado priorizará pré-sal e autonomia do BC

A análise dos temas polêmicos, que já começaram a ser discutidos em 2015, é necessária, segundo Renan Calheiros, para ajudar o país a retomar ritmo de desenvolvimento

DEBATES SOBRE A independência do Banco Central (BC) e o fim da obrigatoriedade de a Petrobras participar com pelo menos 30% dos investimentos do pré-sal devem ganhar força no Senado neste ano. O presidente da Casa, Renan Calheiros, anunciou semana passada que esses temas farão parte das prioridades do período.

Já tramitam no Senado projetos versando sobre os dois assuntos. No caso da revogação da participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal, está na pauta do Plenário o PLS 131/2015, do senador José Serra (PSDB-SP).

A independência do BC é objeto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 43/2015, do senador Romero Jucá (PMDB-RR). Encaminhada para análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em abril do ano passado, a proposta ainda aguarda designação de relator.

Renan reconhece que os temas são controversos, mas avaliou que precisam ser enfrentados. A seu ver, são iniciativas necessárias para ajudar a melhorar o ambiente econômico e destravar os investimentos nesse momento de crise.

— Aprovando ou rejeitando, vamos votar. É necessária uma deliberação do Parlamento — disse.

Controle estatal

No marco regulatório aprovado em 2010 para a exploração de petróleo e gás natural no pré-sal, a Petrobras também recebeu o encargo de operadora exclusiva das áreas, mesmo quando participa de consórcios de exploração. Assim, responde pela execução direta de todas as atividades de avaliação, desenvolvimento e produção, inclusive contratação de pessoal, além de ter que investir no mínimo 30%.

Para Serra, diferentes fatores dificultam a aplicação plena dessas exigências: da conjuntura desfavorável no mercado internacional de petróleo aos escândalos envolvendo a empresa e seus fornecedores em denúncias de cartel, suborno e lavagem de dinheiro.

O senador acredita que o quadro cria dificuldades para que a empresa obtenha financiamentos, o que pode



Hoje Petrobras é a operadora exclusiva para exploração de petróleo no pré-sal: proposta quer flexibilizar a regra, que inviabilizaria investimentos

inviabilizar o cumprimento do cronograma dos projetos. Seria, disse, uma situação quase insustentável para uma companhia desafiada a executar um dos maiores programas de investimento do mundo, de mais de US\$ 200 milhões entre 2014 e 2018.

Os que se opõem ao PLS 131 argumentam que a Petrobras já detém um patrimônio de tecnologia de exploração, destacando ainda a importância estratégica das reservas de hidrocarbonetos para o país, o que justificaria o controle estatal sobre as atividades.

O projeto chegou ao Plenário por meio da aprovação de um requerimento de urgência. Assim, não teve exame prévio nas comissões que deveriam emitir parecer. Porém, como houve reações à aceleração do rito de análise, foi feito um acordo para a criação de uma comissão especial de análise do texto de Serra.

A comissão acabou sem produzir os resultados esperados, não tendo conseguido nem sequer obter quórum para a realização dos debates programados. Em agosto, o senador Otto Alencar (PSD-BA), que presidiu o colegiado, anunciou o encerramento

dos trabalhos. Sem aprovação de relatório na comissão, o projeto voltou a constar da ordem do dia do Plenário, em regime de urgência.

Independência

Autor da PEC que trata da independência do BC, Romero Jucá afirma, na justificativa, que a proposta tem propósito claro: criar condições objetivas para a independência funcional do corpo dirigente do Banco Central. A ideia é prever que o presidente e os diretores da instituição cumpram mandatos por prazo de quatro anos, renováveis por igual período, não coincidentes com o mandato do presidente da República.

Assim como hoje, a nomeação será sempre precedida de aprovação prévia, pelo Senado, dos indicados pelo presidente da República. A novidade é que a destituição antes do fim do mandato também passaria pelo crivo dos senadores, não podendo mais decorrer de simples ato presidencial.

Na visão dos defensores da blindagem dos mandatos, retirar a possibilidade de demissão *ad nutum* (por simples arbítrio de quem nomeia) seria a verdadeira solução para a plena

autonomia da autoridade monetária. Do contrário, acreditam que os dirigentes do BC sempre estarão sujeitos a interferências do governo na gestão dos níveis dos juros ou na correção de desequilíbrios no mercado de câmbio.

A fixação dos juros pode de fato opor Banco Central e governo. Para conter a inflação, o BC muitas vezes precisa elevar o juro básico, a chamada Taxa Selic, que serve de referência para os juros de todo o sistema financeiro. Mas o governo pode estar mais preocupado em estimular a atividade econômica, ficando a inflação em segundo plano. Com juros mais baixos, empresas e pessoas podem se sentir encorajadas a investir mais e comprar.

Ao tratar da independência do BC na cerimônia de abertura dos trabalhos legislativos, Renan observou que, quando da fundação do órgão, presidente e diretores tinham mandatos fixos. Segundo ele, a extinção da estabilidade "foi o primeiro ato da ditadura".

Se aprovada pela CCJ, a PEC irá a Plenário para discussão e votação em dois turnos. Confirmada, seguirá para a Câmara.

Partidos decidem reconduzir senadores para lideranças na Casa

Por unanimidade, o senador Humberto Costa (PE) foi reconduzido ao cargo de líder do PT no Senado, na quarta-feira. Os demais partidos também decidiram manter os atuais líderes.

A única indefinição está na liderança do governo no Senado, cargo que formalmente continua sendo ocupado por Delcídio do Almaral (PT-MS). O senador está afastado do exercício há dois meses, desde que foi preso preventivamente pela Polícia Federal.

A decisão cabe ao Palácio do Planalto. O líder do governo não precisa, necessariamente, ser do PT e a vaga pode ficar com outro nome da base de apoio, que inclui partidos como PMDB e PDT. De 2012 a 2014, por

exemplo, o hoje ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga (PMDB), foi o responsável pela articulação política do Palácio do Planalto com a Casa. Antes dele, ocupou o cargo Romero Jucá, também do PMDB.

Em razão do afastamento de Delcídio, haverá mudança também no comando da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), colegiado que era presidido pelo senador. A bancada do PT decidiu indicar o nome de Gleisi Hoffmann (PT-PR) para substituí-lo.

Os demais colegiados seguem sem mudanças. Os presidentes de comissões escolhidos em 2015 prosseguem nos respectivos cargos até o fim do ano.

Proposta permite que CPI possa ser criada por decisão de eleitores

Aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) proposta de emenda à Constituição do senador Lasier Martins (PDT-RS) que permite a criação de CPI por iniciativa popular.

O número de subscritores deve ser o mesmo exigido para um projeto de lei de iniciativa popular. Pelo texto da PEC 147/2015, o requerimento para a criação de CPI terá que ser assinado por pelo menos 1% do eleitorado nacional votante na última eleição, distribuído por pelo menos cinco estados e com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

Como acontece com o pedido de CPI apresentado por um terço dos deputados e senadores, a proposta

feita por iniciativa popular também deverá ser destinada à apuração de fato determinado e ter prazo definido. As conclusões deverão ser encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores, se for o caso. A PEC determina ainda que apenas uma CPI de iniciativa popular poderá funcionar no Congresso.

Para Lasier, a possibilidade de o povo requerer a criação de uma CPI reforça o direito de manifestação das minorias e fornece mais um instrumento para o exercício da soberania popular.

A PEC será relatada na CCJ pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Comissão discutirá pesquisa sobre *Aedes*

Para Wellington Fagundes, o mosquito precisa ser combatido na cidade e no campo, numa ação integrada entre as diversas esferas de governo e também entre os países

NA QUINTA-FEIRA DA semana que vem, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promoverá audiência pública para discutir os avanços da pesquisa sobre tecnologias capazes de combater o mosquito *Aedes aegypti*, vetor dos vírus da dengue, zika e chicungunha.

O senador Wellington Fagundes (PR-MT) explica que, além dos graves problemas causados pelos vírus às pessoas, a dengue é também uma doença animal. Por esse motivo, a comissão quer conhecer pesquisas para controle do mosquito que estão em curso na Embrapa, na Universidade de Brasília (UnB) e nos Institutos Agrônômicos de Campinas (IAC) e do Paraná (Iapar).

— Nessa epidemia, não podemos separar as cidades e o mundo rural. É importante que esses pesquisadores venham aqui para orientar de que forma se pode fazer o combate ao mosquito — frisou o senador.



Vários órgãos de pesquisa científica já estão se dedicando a desenvolver técnicas de combate ao mosquito, que prolifera em qualquer tipo de água estagnada

Na opinião do parlamentar, a solução do problema também requer ação das prefeituras, dos governos estaduais e do governo federal em articulação com a população brasileira e com os países vizinhos.

— O vírus não tem fronteira, temos que ter a preocupação de forma globalizada. Temos que mostrar ao mundo que o problema não é só do Brasil e dos países em desenvolvimento, mas também dos

países desenvolvidos. É um problema mundial — afirmou Wellington.

O debate na Comissão de Agricultura terá início às 8h e será realizado na sala 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado.

Os internautas poderão enviar perguntas aos pesquisadores por meio de telefone e pela internet.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Proposta estabelece mandato de dez anos para ministros do STF

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Corte que exerce a função de guardião da Constituição, poderão ter mandatos de dez anos. É o que estabelece proposta de emenda à Constituição que está pronta para ser votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O autor da proposta (PEC 35/2015), senador Lasier Martins (PDT-RS), argumenta que a vitaliciedade do cargo pode trazer “vários riscos à estabilidade institucional”. Pela atual regra, destaca, alguns ministros ocupam a vaga por poucos anos, enquanto outros podem exercer o cargo por décadas, inclusive presidindo a Corte por mais de uma vez.

Lasier acrescenta que a fixação de mandatos ainda pode criar a oportunidade de renovação, já que “inteligências hoje esquecidas” poderão ter a “chance de ser conhecidas e, se for o caso, escolhidas para o STF”.

A PEC também determina que os ministros do Supremo ficarão inelegíveis para qualquer cargo eletivo até cinco anos após o término do mandato.

Segundo Lasier, é uma forma de evitar que muitos ministros usem o Supremo “como porta de entrada imediata para a política partidária”.

Colegiado

A proposta ainda traz modificações sobre os critérios e o processo de escolha do ministro. Além das exigências atuais — mais de 35 e menos de 65 anos de idade, notável saber jurídico e reputação ilibada —, haverá a necessidade de comprovação de pelo menos 15 anos de atividade jurídica.

Pelo texto da PEC, o presidente da República vai escolher um nome dentro de uma lista tríplice, elaborada por um colegiado. O colegiado será composto por sete membros: os presidentes do STF, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal Militar (STM) e do Tribunal de Contas da União (TCU), além do procurador-geral da República e do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A regra atual que determina a esco-

lha pessoal do presidente da República pode, para Lasier, trazer prejuízos à impessoalidade dos critérios de seleção e até mesmo, no limite, “à necessária independência dos magistrados”. Com a indicação por um colegiado, diz o autor, não estará o chefe do Executivo absolutamente livre para indicar quem quiser. O senador ainda aponta que a sociedade não tolera mais “a possibilidade de desvio de finalidade na escolha dos ministros do STF”.

A escolha pelo presidente da República deverá ser feita no prazo de até um mês a contar do surgimento da vaga. O prazo, segundo o autor, evitaria que o STF, muitas vezes, tenha que conviver com vagas em aberto por até quase um ano. O nome do escolhido continuará sendo submetido à apreciação do Senado.

Equilíbrio

A proposta conta com o apoio do relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), para quem a PEC contribui para o debate da democracia. Segundo ele, a aprovação “somarão ao debate uma proposta sensata e equilibrada”.

Anastasia, no entanto, apresentou uma alteração no texto original. Ele diz que “não tem pertinência lógica” inserir no colegiado o presidente do TCU, por se tratar de órgão técnico e de controle externo, diferente das outras instituições nele elencadas. No relatório, Anastasia sugeriu substituir o presidente do TCU pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Se aprovada na CCJ, a PEC seguirá para a análise do Plenário, onde precisa ser votada em dois turnos, com apoio de pelo menos 49 senadores. Com a aprovação, vai à Câmara.

PEC cria lista tríplice para escolha de procurador-geral

A indicação do procurador-geral pelo presidente da República a partir de lista tríplice de candidatos ao cargo, elaborada pelos demais procuradores, pode se tornar um procedimento previsto na Constituição.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 121/2015 altera o artigo 128, que traz as normas para o funcionamento do Ministério Público. De acordo com o texto constitucional, o MP é chefiado pelo procurador-geral da República, que é nomeado pelo presidente da República, após aprovação da indicação pelo Senado Federal. O escolhido deve ser integrante da carreira do Ministério Público, devendo ter mais de 35 anos. O mandato para o cargo é de dois anos, com possibilidade de recondução.

A proposta de Aécio Neves (PSDB-MG) mantém as exigências atuais, mas acrescenta que a escolha presidencial deve ser entre os “integrantes da carreira indicados em lista tríplice pelo seu órgão de representação”. O senador apresentou a PEC para estender ao processo de seleção do procurador-geral da República as mesmas regras já aplicadas na designação dos procuradores-gerais dos estados.

— É importante salientar que atualmente o Ministério Público da União já procede, informalmente, a formação de uma lista tríplice com os mais bem votados para a escolha ao cargo máximo daquela instituição — lembrou Aécio.

A formação de lista tríplice para indicação do procurador-geral foi iniciada em 2001, segundo a Associação Nacional dos Procuradores da República. A PEC aguarda designação de relator na CCJ.



Texto também muda escolha dos ministros, que passaria a não ser exclusiva do presidente do país